



Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e digna Comissão Permanente de Licitação e Pregão designados para a condução do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021. do Município de Uruoca, Estado de Ceará

"é perfeitamente sabido que não se pode confundir discricionariedade com arbitrariedade, mas é preciso salientar que não existe ato absolutamente discricionário: primeiro, porque a discricionariedade não é um atributo do ato e sim da competência do agente que o pratica; segundo, porque a discricionariedade nunca é absoluta.

Quando se diz que um ato é discricionário, na verdade o que se pretende dizer é que o agente pode praticá-lo ou não, compondo específica e concretamente, dentro de uma certa margem, a vontade geral e abstrata da lei". (Adilson Abreu Dallari)

STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.761.603/0001-30, com endereço na Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504 - Edifício H.A. Officers Linha Verde, Capão Raso,

Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504, Capão Raso, Curitiba/PR, CEP 81.020-670 – Fone: (41) 3031-1007

e-mail: comercial01@stemeducacional.com.br

CNPJ: 31.761.603/0001-30 – I.E: 90516835-50



Curitiba/PR, CEP 81.020-670, endereço eletrônico comercial01@stemeducacional.com.br, por intermédio de seu representante legal (nos termos de seus atos constitutivos), vem mui respeitosamente perante essa autoridade administrativa, com fulcro no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição da República c/c artigo 41, §§ 1º e 2º (primeira parte), da Lei nº 8.666/1993 c/c artigo 24, *caput*, do Decreto Federal nº 10.024/2019 (supletivamente) c/c **Subitem 20.1.** do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021, a fim de apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, de bom alvitre comprovar a tempestividade da presente impugnação, mormente diante do contido no artigo 41, §§ 1º e 2º (primeira parte), e no artigo 110, parágrafo único, ambos da Lei nº 8.666/1993 c/c artigo 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c artigo 24, *caput*, do Decreto Federal nº 10.024/2019 (supletivamente) c/c **Subitem 20.1** do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021.

"Assim, observa-se que tanto a lei quanto os decretos definem que a impugnação pode ser intentada até dois dias úteis antes da realização da licitação. Da interpretação das referidas normas, que utilizam a expressão 'até', pode-se concluir que o segundo dia útil anterior ao certame também deverá estar incluído



no prazo (ou seja, a impugnação poderá ser apresentada inclusive no segundo dia útil que antecede a disputa)".¹

"Tal entendimento é corroborado pelo Acórdão TCU n. 1/2007 - Plenário e pelo Acórdão TCU n. 539/2007 - Plenário, que pode ser adotado como paradigma de método a ser utilizado na contagem do prazo do caso que ora se analisa".²

No presente caso, a ratio decidendi da supracitada jurisprudência do E. TCU é aplicável, *mutatis mutandis*, à espécie, notadamente porque o artigo 24, *caput*, do Decreto Federal nº 10.024/2019 (de aplicação supletiva) prevê que "Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública" (g.n.).

Destarte, tendo em vista que a sessão de julgamento do certame está prevista para ocorrer às **08:30** (horário local) do dia **26 de abril de 2021** (segunda-feira), reputa-se tempestiva a impugnação apresentada até o as **23:59:59** (horário local) do dia **20 de abril de 2021** (terça-feira), mormente ante a ocorrência de feriado nacional no dia **21/04/2021** e em razão do disposto no parágrafo único do artigo 110 da Lei nº 8.666/1993 e da aplicação subsidiária e supletiva³ do artigo 213, *caput*, c/c artigo 15, ambos

¹ TCU. Plenário. TC 019.797/2011-7. ACÓRDÃO nº 2167/2011. Relator: Min. Raimundo Carreiro. Unânime. Cópia em apenso.

² Idem.

³ "Trata-se, como sugere a expressão 'subsidiária', de uma possibilidade de enriquecimento, de leitura de um dispositivo sob um outro viés, de extrair-se da norma processual eleitoral, trabalhista ou administrativa um sentido diferente, iluminado pelos princípios fundamentais do processo civil. A aplicação supletiva é que supõe omissão" (g.n.). (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva e MELLO, Rogerio Licastro Torres de. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*: artigo por artigo (livro eletrônico), São Paulo: RT, 2015. p. 45)



do CPC⁴ e do previsto no **Subitem 20.1** do ato convocatório, tendo em vista se tratar da contagem de prazo em dias, e não na forma do § 4º do artigo 132 do Código Civil Brasileiro - CCB⁵.

2. DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A IMPUGNAÇÃO

A presente impugnação encontra-se instruída com os seguintes documentos: **a)** cópia do ato constitutivo da empresa impugnante; documento pessoal do representante legal da empresa impugnante.

3. DO ITEM IMPUGNADO

Trata-se de Pregão Eletrônico nº 0021003.2021, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DO MUNICÍPIO DE URUCOA-CE".

A partir da análise do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021, mormente de seu Anexo I, percebeu-se especificações que têm o condão obstar a seleção da proposta mais vantajosa e frustrar o caráter competitivo do torneio licitacional, em desconformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da

⁴Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

(...)

Art. 213. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo". (g.n.)

⁵ "Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

(...)

§ 4º. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto".

Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504, Capão Raso, Curitiba/PR, CEP 81.020-670 – Fone: (41) 3031-1007

e-mail: comercial01@stemeducacional.com.br

CNPJ: 31.761.603/0001-30 – I.E: 90516835-50



vantajosidade, da economicidade, da publicidade e da probidade, exigência do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República, do artigo 3º, inciso II, e do artigo 9º, ambos da Lei nº 10.520/2002, do artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 2º, § 2º (primeira parte), do Decreto Federal nº 10.024/2019 (supletivamente).

As descrições dos Itens especificados nos itens 01 a 19 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021 fazem menção a obras específicas, conforme exemplificamos abaixo por intermédio do Item 01:

“ITEM 1:

COLEÇÃO APROVA BRASIL - FUNDAMENTAL I - LIVRO DE ATIVIDADES - 1º ANO PORTUGUÊS; 20,5 X 27,5, espiral, miolo em Offset 75g, capa em papel cartão 250g; ISBN: 978-85-16-12158-7. (grifos nossos)

No entanto, preferências subjetivas fundadas em critérios opinativos, por pura e simples preferência de determinada obra, não é devida na aquisição ora discutida.

Sobre a diferença entre a vedação à indicação de marca e a menção à marca de referência, assim se manifestou o E. TCU no Acórdão 2.829/15 - Plenário:

“A DIFERENÇA BÁSICA ENTRE OS DOIS INSTITUTOS É QUE O PRIMEIRO (EXCEPCIONADO PELO ART. 7º, § 5º, DA LEI 8.666/1993), ADMITE A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO DE OBJETO SEM SIMILARIDADE NOS CASOS EM QUE FOR



TECNICAMENTE JUSTIFICÁVEL, AO PASSO QUE O SEGUNDO É EMPREGADO MERAMENTE COMO FORMA DE MELHOR IDENTIFICAR O OBJETO DA LICITAÇÃO, IMPONDO-SE A ACEITAÇÃO DE OBJETO SIMILAR À MARCA DE REFERÊNCIA MENCIONADA".

O órgão licitante apresentou a seguinte justificativa para indicação das obras acima descritas:

"Aquisição se pauta na necessidade de dar suporte aos professores objetivando assegurar práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem nos 1º e 9º anos do ensino fundamental".

Ocorre que, data maxima venia, a indigitada justificativa não se presta a demonstrar tecnicamente, na esteira do § 5º do artigo 7º da Lei nº 8.666/1993, por qual motivos as obras indicadas nos itens 01 a 19 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021 são as únicas que poderiam satisfazer as necessidades dessa Municipalidade. Inclusive, em situação semelhante, já se manifestou a d. 1ª Procuradoria do Ministério Público Contas atuante junto ao C. Tribunal de Contas do Estado Ceará - TCE:

"Contudo, os Pareceres anexados pelo gestor, apesar de justificarem que os livros indicados seriam tecnicamente qualificados, não demonstram que aquelas seriam as únicas obras capazes de atender ao interesse público, tendo em vista não evidenciar a existência de comparações realizadas entre os livros escolhidos e outros similares que poderiam satisfazer às necessidades do Município.



Pelo exposto, considerando a existência do fato novo acima mencionado, **opina-se pela necessidade de audiência do gestor responsável, para que se manifeste a respeito da não comprovação de justificativa adequada quanto à escolha de obras específicas, em desacordo com o art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93.**

(...)

Dessa forma, este MPC observa a existência da fumaça do bom direito, em virtude de restarem evidentes os indícios de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 002/2020, consubstanciadas: 1) na não comprovação de justificativa adequada quanto à escolha das obras licitadas, o que infringe à Lei de Licitações, tendo em vista a indicação de objeto com especificações exclusivas".⁶ (sem grifos no original)

A título de esclarecimentos: por que a coleção APROVA BRASIL, da Editora Moderna, é a única capaz de atender os interesses do Município, uma vez que não houve seu cotejo com os demais materiais similares comercializados por empresas do ramo(?)

No presente caso não há qualquer **justificativa técnica** apta a corroborar a imprescindível necessidade da aquisição do objeto do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021. Bem como que o objeto licitacional indicado seja sem similaridade. Assim, se a intenção do(a) i. Pregoeiro(a) e da d. Comissão Permanente de Licitação é usar as obras indicadas para melhor identificar o objeto da licitação, **imperioso que esta intenção esteja explícita,**

⁶ TCE/CE. Representação nº 06628/2020-2. Relator: Fernando Antonio Costa Lima Uchôa Júnior. Parecer MPC/CE nº 04685/2020.



esclarecendo de forma indubitável que o objeto deve ser similar ou equivalente ao que consta no ANEXO I.

O princípio da livre concorrência esculpido no inciso IV do artigo 170 da Constituição República determina que assim, como a lei reprime o abuso do poder econômico que vise à denominação dos mercados e a eliminação da concorrência, a lei e os demais atos normativos não podem limitar a competitividade na licitação.

O inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 ressalta ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive.

O edital deve descrever o objeto de forma sucinta e clara, não deixando qualquer margem a dúvidas nem se admite complementação posterior, este é o entendimento do TCU, conforme prescreve a Súmula 177 do TCU:

"SÚMULA TCU 177: A DEFINIÇÃO PRECISA E SUFICIENTE DO OBJETO LICITADO CONSTITUI REGRA INDISPENSÁVEL DA COMPETIÇÃO, ATÉ MESMO COMO PRESSUPOSTO DO POSTULADO DE IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES, DO QUAL É SUBSIDIÁRIO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, QUE ENVOLVE O CONHECIMENTO, PELOS CONCORRENTES POTENCIAIS DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA LICITAÇÃO, CONSTITUINDO, NA HIPÓTESE PARTICULAR DA LICITAÇÃO PARA COMPRA, A QUANTIDADE DEMANDADA UMA DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E ESSENCIAIS À DEFINIÇÃO DO OBJETO DO PREGÃO".



Ante os argumentos expostos, entende a Impugnante que as especificações do ANEXO I se apresentam em desconformidade com preceitos legais, assim exigem reparação.

4. DO DIREITO

Caso as previsões invocadas sejam mantidas no Edital, irão dificultar e até mesmo inviabilizar o objetivo do torneio licitatório, que é assegurar a ampla participação e a escolha da melhor proposta, fato este que por si só permite entender pela ilegalidade das irregulares exigências.

O entendimento pela incompatibilidade da exigência tem amparo na Lei de Licitações, senão vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

O § 1º deste artigo ainda preconiza ser vedado aos agentes públicos:



"I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991".
(grifo nosso)

Diante dos vícios apresentados no presente ato convocatório, o i. Pregoeiro e a digna Comissão Permanente de Licitação **terão que aprimorar a redação do edital, no que diz respeito, especificamente, à descrição do objeto licitado, a título até mesmo de evitar eventuais dúvidas quanto à exata dimensão do interesse público que se pretende ver satisfeito.**

Isto posto, pleiteia-se seja acolhida a presente Representação para o fim de retificar o Edital e promover a igualdade, bem como a publicidade entre os licitantes, além da probidade Administrativa, alterando-o para de forma a excluir as exigências arbitrárias e promover a reparação dos vícios apontados.

Cumprе ressaltar que a Lei nº 10.520/2002 prevê a modalidade Pregão apenas para bens e serviços comuns, que são aqueles que podem ser objetivamente definidos no edital:



"ART. 1º PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS, PODERÁ SER ADOTADA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, QUE SERÁ REGIDA POR ESTA LEI. PARÁGRAFO ÚNICO. CONSIDERAM-SE BENS E SERVIÇOS COMUNS, PARA OS FINS E EFEITOS DESTE ARTIGO, AQUELES CUJOS PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE POSSAM SER OBJETIVAMENTE DEFINIDOS PELO EDITAL, POR MEIO DE ESPECIFICAÇÕES USUAIS NO MERCADO".

No presente caso, o objeto a ser contratado não está objetivamente definido no edital, há especificações exatas descrevendo **livros determinados**. Se a intenção do Município é usar tais obras apenas como referência, ainda é razoável. Contudo, se objetivo é contratar as obras que constam do ANEXO I, o edital está maculado pela ilegalidade, pelos motivos seguintes:

DE UMA: Se apenas as obras citadas no ANEXO I atendessem o interesse do Município, a contratação dar-se-ia por inexigibilidade, o que não é o caso, sendo que são diversos autores e editores que escrevem para a educação.

DE DUAS: Se após análise de técnica e preço, diante de critérios definidos no edital, a Prefeitura entender que as obras citadas no ANEXO I são as mais apropriadas para atender suas necessidades, deixa de ser bem comum. Assim, **a modalidade de licitação não poderá ser o pregão, mas sim concorrência por Técnica e Preço**.

Dessarte, a presente Impugnação está a demonstrar de modo consistente as irregularidades que estão a macular o Edital do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021.

Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504, Capão Raso, Curitiba/PR, CEP 81.020-670 – Fone: (41) 3031-1007
e-mail: comercial01@stemeducacional.com.br
CNPJ: 31.761.603/0001-30 – I.E: 90516835-50



5. DA NULIDADE DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A Constituição da República (cf. inc. XXI do art. 37) e a própria Lei de Licitação preveem, por excelência, que deve prevalecer a igualdade entre os licitantes, sendo que **somente é possível estabelecer restrições ou vedações no que concerne a algum aspecto que seja pertinente ao objeto do contrato.**

O **Princípio da Competitividade** proíbe a existência de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou que estabeleçam preferências ou distinções em razão de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante ao objeto contratado (art. 3º, § 1º, inciso I):

“Art. 3º (...)

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam e estabeleçam preferências, ou, de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Os requisitos exigidos dos proponentes **devem ser justificados pela área técnica**, a fim de garantir a lisura de tal expediente, uma vez que as condições a serem exigidas podem restringir competitividade da licitação.

Dessa forma, se no processo administrativo inexistir a devida justificativa da razão para determinada exigência, tal



edital deverá ser apresentado ao Tribunal de Contas competente, conforme abaixo Acórdão 1580/2005 do TCU:

"Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes".

Sobre o tema, o abalizado escólio de Marçal JUSTEN

FILHO:

"O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibição ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias. (...)".

(Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 5. ed., p. 380).

Do mesmo modo, leciona Celso Antônio Bandeira de MELO em sua obra **Curso de Direito Administrativo**, 6. ed., p, 296:

"(...) O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do texto constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o



caráter competitivo do processo licitatório e veda o estabelecimento de preferências em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como de empresas brasileiras ou estrangeiras ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato. (grifo nosso)

Portanto, vê-se que a vedação imposta pela carta licitatória em apreço se contrapõe veementemente à legislação constitucional e infraconstitucional, pois impede a participação de empresas que, como a ora Representante, possuem condições para participar do processo licitatório, entretanto não podem cumprir com exigências indevidas.

Tanto é patente a veracidade do exposto até o presente momento, que o Judiciário se posiciona contra toda e qualquer restrição arbitrária imposta pela Administração em processos licitatórios, conforme é possível se inferir, analisando os julgados existentes quanto à matéria.

Acerca das restrições inconstitucionais, confirmam-se os julgados transcritos na RTJ 103/933; 112/993; 115/576; 120/21; Lex STF 97/239; 97/97; Lex STJ/TRF 5/342; RT 666/80, entre outros tantos.

O que se pode extrair disso tudo é que o Edital na forma como se encontra acaba por inviabilizar o certame, já que o artigo 40, inciso VII, e o artigo 44, § 1º, ambos da Lei das Licitações, assim estabelecem:

Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504, Capão Raso, Curitiba/PR, CEP 81.020-670 – Fone: (41) 3031-1007

e-mail: comercial01@stemeducacional.com.br

CNPJ: 31.761.603/0001-30 – I.E: 90516835-50



"Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º. **É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.** (grifo nosso)

Diante do exposto, é inerente a conclusão de que o Edital encontra-se eivado de evidentes irregularidades, na medida em que não assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes.



6. DO PEDIDO E DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Face ao exposto, em respeito aos princípios da isonomia e economicidade, bem como à legislação complementar referenciada, **requer**, respeitosamente, o recebimento a presente impugnação, bem como seja-lhe atribuído efeito suspensivo (artigo 24, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019 - supletivamente), e, ao final, o acolhimento para rever os atos desse Órgão, como possibilita a lei, para que:

Retifique o texto dos Itens 01 a 19 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico nº 0021003.2021, de forma a excluir a indicação de obras específicas ou **esclarecer de forma incontestada se tratam de obras literárias de referência.**

Termo em que,
Pede deferimento.

De Curitiba/PR p/ Uruoca/CE, 19 de abril de 2021.

PAULO ROBERTO
COELHO:554775859
00

Assinado de forma digital por
PAULO ROBERTO
COELHO:55477585900
Dados: 2021.04.19 17:43:58 -03'00'

STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA

CNPJ: 31.761.603/0001-30

PAULO ROBERTO COELHO

Rua Emanuel Kant, 60, 5º andar, sala 504, Capão Raso, Curitiba/PR, CEP 81.020-670 – Fone: (41) 3031-1007

e-mail: comercial01@stemeducacional.com.br

CNPJ: 31.761.603/0001-30 – I.E: 90516835-50

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**



- 1. PAULO ROBERTO COELHO**, brasileiro, maior, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 26/10/1968, natural de Curitiba estado do Paraná, empresário, inscrito no CPF sob nº 554.775.859-00, e portador da cédula de identidade nº 4538984/SESP-PR, constante na CNH sob nº 02893921208 – Detran – SP, emitida em 29/09/2018 com validade em 28/09/2023, residente e domiciliado à Rua Professor Djalma Bento, nº 206 - Bairro – Jardim Luanda – na cidade de São Paulo - SP, CEP: 04678-020; único sócio componentes da Sociedade empresária limitada denominada **STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA**, estabelecida na Rua Emanuel Kant, nº 60 – Sala 504 – 5º andar – Bairro – Capão Raso – na cidade de Curitiba estado do Paraná – CEP: 81.020-670; inscrita no CNPJ sob nº 31.761.603/0001-30 registrada na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob nº 41208909901 por despacho em 15/10/2018, e último arquivamento sob nº 20201820978 em 29/04/2020, resolvem de pleno e comum acordo, os sócios acima qualificados, alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO SOCIAL

O objeto social que é de :

- a) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo CNAE 8211-3/00
- b) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo CNAE 8219-999;
- c) Atividades de apoio a educação e serviços de avaliação educacional CNAE 8550-3/02;
- d) Atividades de serviços pessoais CNAE 9609-2/99;
- e) Serviços de educação profissional de nível tecnológico CNAE 8542-2/00;
- f) Serviços de educação profissional de nível técnico CNAE 8541-4/00;
- g) Edição de livros, didáticos, infantis, dicionários, atlas, enciclopédias, na forma impressa, Aquisição de direitos autorais para a edição e disseminação de livros, Gestão de direitos autorais de obras literárias CNAE 5811-5/00;
- h) Comércio varejista de livros, inclusive didáticos, inclusive importação e exportação. CNAE 4761-0/01;
- i) Comércio varejista de outros produtos CNAE 4789-0/99;
- j) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos CNAE 4763-6/01;
- k) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 6311-9/00;
- l) Provedores de acesso à redes de comunicações CNAE 6190-6/01;
- m) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis CNAE 6202-3/00;

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**

2



- n) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda CNAE 6201-5/01;
- o) Serviço de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas CNAE 8230-0/01;
- p) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, curso de aprendizagem e treinamento gerencial, presencial e a distância e curso de aprendizagem e treinamento, gerencial com acesso a internet CNAE 8599-6/04;
- q) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios CNAE 4645-1/01
- r) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e segurança do trabalho CNAE 4642-7/02.

Passa a partir desta alteração para:

- a) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo CNAE 8211-3/00
- b) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo CNAE 8219-999;
- c) Atividades de apoio a educação e serviços de avaliação educacional CNAE 8550-3/02;
- d) Atividades de serviços pessoais CNAE 9609-2/99;
- e) Serviços de educação profissional de nível tecnológico CNAE 8542-2/00;
- f) Serviços de educação profissional de nível técnico CNAE 8541-4/00;
- g) Edição de livros, didáticos, infantis, dicionários, atlas, enciclopédias, na forma impressa, Aquisição de direitos autorais para a edição e disseminação de livros, Gestão de direitos autorais de obras literárias CNAE 5811-5/00;
- h) Comércio varejista de livros, inclusive didáticos, inclusive importação e exportação. CNAE 4761-0/01;
- i) Comércio varejista de outros produtos CNAE 4789-0/99;
- j) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos CNAE 4763-6/01;
- k) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 6311-9/00;
- l) Provedores de acesso à redes de comunicações CNAE 6190-6/01;
- m) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis CNAE 6202-3/00;
- n) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda CNAE 6201-5/01;
- o) Serviço de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas CNAE 8230-0/01;
- p) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, curso de aprendizagem e treinamento gerencial, presencial e a distância e curso de aprendizagem e treinamento, gerencial com acesso a internet CNAE 8599-6/04;

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**

- q) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios CNAE 4645-1/01
- r) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e segurança do trabalho CNAE 4642-7/02.
- s) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários CNAE 7490-1/04.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento, resolve, consolidar o Contrato Social, em cumprimento ao comando legal emanado do novo código civil, Lei nº 10.406/2002, conferindo assim nova redação as cláusulas contratuais, passando o contrato social consolidado a vigorar com a seguinte redação:

**STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
NIRE:41208909901
CNPJ: 31.761.603/0001-30
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

1. PAULO ROBERTO COELHO, brasileiro, maior, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 26/10/1968, natural de Curitiba estado do Paraná, empresário, inscrito no CPF sob nº 554.775.859-00, e portador da cédula de identidade nº 4538984/SESP-PR, constante na CNH sob nº 02893921208 – Detran – SP, emitida em 29/09/2018 com validade em 28/09/2023, residente e domiciliado à Rua Professor Djalma Bento, nº 206 - Bairro – Jardim Luanda – na cidade de São Paulo - SP, CEP: 04678-020; único sócio componente da Sociedade empresária limitada denominada **STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA**, estabelecida na Rua Emanuel Kant, nº 60 – Sala 504 – 5º andar – Bairro – Capão Raso – na cidade de Curitiba estado do Paraná – CEP: 81.020-670., inscrita no CNPJ sob nº 31.761.603/0001-30 registrada na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob nº 41208909901 por despacho em 15/10/2018 e último arquivamento sob nº 20201820978 em 29/04/2020, resolve de pleno e comum acordo, a consolidar as disposições contratuais da sociedade, passando a versão consolidada do contrato social a vigorar conforme a seguinte redação:

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**



CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

A sociedade empresaria limitada gira sob o nome empresarial de **STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA**, sendo regida de conformidade com a Lei nº 10.406/2002 e supletivamente pela Lei nº 6.404/76, e tem sua sede e foro na Rua Emanuel Kant, nº 60 – Sala 504 – 5º andar – Bairro – Capão Raso – na cidade de Curitiba estado do Paraná – CEP: 81.020-670.

CLÁUSULA SEGUNDA – INÍCIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Outubro de 2018, e seu prazo de duração é indeterminado, extinguindo-se por vontade unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

O objeto social é de :

- a) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo CNAE 8211-3/00
- b) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo CNAE 8219-999;
- c) Atividades de apoio a educação e serviços de avaliação educacional CNAE 8550-3/02;
- d) Atividades de serviços pessoais CNAE 9609-2/99;
- e) Serviços de educação profissional de nível tecnológico CNAE 8542-2/00;
- f) Serviços de educação profissional de nível técnico CNAE 8541-4/00;
- g) Edição de livros, didáticos, infantis, dicionários, atlas, enciclopédias, na forma impressa, Aquisição de direitos autorais para a edição e disseminação de livros, Gestão de direitos autorais de obras literárias CNAE 5811-5/00;
- h) Comércio varejista de livros, inclusive didáticos, inclusive importação e exportação. CNAE 4761-0/01;
- i) Comércio varejista de outros produtos CNAE 4789-0/99;
- j) Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos CNAE 4763-6/01;
- k) Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 6311-9/00;
- l) Provedores de acesso à redes de comunicações CNAE 6190-6/01;
- m) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis CNAE 6202-3/00;
- n) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda CNAE 6201-5/01;
- o) Serviço de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas CNAE 8230-0/01;

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**

5

- p) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, curso de aprendizagem e treinamento gerencial, presencial e a distância e curso de aprendizagem e treinamento, gerencial com acesso a internet CNAE 8599-6/04;
- q) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios CNAE 4645-1/01
- r) Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e segurança do trabalho CNAE 4642-7/02.
- s) Atividade de Intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários CNAE 7490-1/04.

CLÁUSULA QUARTA – ENQUADRAMENTO

Os sócios declaram sob as penas da lei, que a empresa se enquadra na condição de **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, nos termos da lei complementar nº 123 de 14/12/2006.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL

O Capital social subscrito na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de R\$. 1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente do país, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR R\$
PAULO ROBERTO COELHO	100,00%	50.000	50.000,00
TOTAL	100,00%	50.000	50.000,00

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios se restringe ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social de acordo com o que determina o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, O USO DO NOME E A REPRESENTAÇÃO ATIVA E PASSIVA DA SOCIEDADE

A sociedade será administrada pelo sócio **PAULO ROBERTO COELHO**, investido na função de administrador, isento da prestação da caução, a quem compete privativa e



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**

6

individualmente o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, Judicial e Extra Judicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações estranhas ao objeto social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor a terceiros, ressalvados os negócios afins com suas atividades e de interesse da própria sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Pelos serviços prestados à Sociedade, perceberão os administradores, a título de *pro-labore*, uma quantia mensal fixada em comum acordo, a qual será levada a conta de despesas gerais e administrativas, devendo ser paga em numerário.

CLÁUSULA NONA – IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

O sócio fica investido de todos os poderes necessários para prática dos atos de gestão, ficando vedado os avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhos aos objetivos sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DESIMPEDIMENTO

Os Sócios declaram, sob as penas da Lei, não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, parágrafo 1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO DE QUOTAS

As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade.

Parágrafo Primeiro: Observado o disposto no caput desta cláusula, as quotas sociais não poderão ser transferidas sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições de preço e prazo, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo com o que estipulam os Artigos 1.056 e 1.057 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.

Parágrafo Segundo: As quotas sociais da presente sociedade são impenhoráveis. Nenhum dos sócios poderá nomeá-las à penhora, dá-las em garantia de dívidas particulares, dá-las em penhor, ou gravá-las de ônus reais. São, igualmente, incomunicáveis, a eventual cônjuge ou companheiro(a), não importando o regime de casamento ou de união. Neste caso, ficam ressalvados, aos mesmos, o direito sobre eventuais haveres do sócio na empresa, consoante apuração, mencionando neste instrumento.

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OS ATOS

Os seguintes atos dependerão de prévia aprovação, por escrito de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital votante da sociedade, para serem considerados válidos e exeqüíveis: (I) alienação de bens imóveis; (II) hipotecas, penhores e demais gravames de qualquer natureza; (III) caução de títulos ou direitos creditórios, excetuados os casos diretamente relacionados aos negócios da sociedade, estes até o limite de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais); (IV) doação de bens móveis em geral; (V) nomeação e destituição de Gerentes-delegados; (VI) alteração de qualquer das cláusulas do Contrato Social da sociedade; e (VII) constituição de novas sociedades, bem como a assinatura de contratos versando sobre tais negócios pela Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar, por escrito, à Sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta, através dos demais, caso o quadro social esteja composto por mais de dois sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FILIAIS E OUTAS DEPENDÊNCIAS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

O falecimento de quaisquer dos sócios não dissolverá necessariamente a sociedade, cabendo a substituição do de cujus por sua viúva meeira se houver, notadamente no que respeita à sua meação, e pelos herdeiros ou legatários na forma prevista no instrumento da sucessão. Somente haverá liquidação das quotas do sócio falecido se os seus sucessores, em deliberação unânime, manifestarem expressamente este propósito perante a sociedade, caso em que seus haveres serão apurados liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, tendo-se por base o último dia do mês em ocorrer o falecimento. O pagamento dos haveres apurados deverá ocorrer em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, salvo se a situação econômico-

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STÉM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**



financeira da sociedade não o permitir, quando serão ajustadas outras condições de pagamento entre o sócio remanescente e os sucessores do de cujus. O pagamento da primeira parcela ocorrerá a quem de direito no último dia útil do mês subsequente ao da entrega à sociedade da autorização judicial ou do instrumento de partilha, vencendo-se as outras, sucessivamente, em igual dia dos meses posteriores.

Parágrafo Primeiro: Enquanto não definida a sucessão do sócio falecido caberá aos seus herdeiros e sucessores designar e credenciar um dentre eles para representar a todos perante a sociedade, inclusive assumindo as funções administrativas e de representação que competiam ao sócio falecido na data do evento, salvo recusa plenamente justificada pelo sócio sobrevivente.

Parágrafo Segundo: Para os efeitos do parágrafo anterior, preferirá aos demais o herdeiro ou sucessor que já estiver no exercício de quaisquer funções executivas e/ou diretivas na sociedade há pelo menos um ano na data do óbito, e que tenha demonstrado razoável capacidade de executar as tarefas até então realizadas pelo de cujus. A eventual recusa do herdeiro ou sucessor credenciado somente poderá ocorrer se forem apresentados motivos relevantes, segundo critérios objetivos e plenamente demonstrados pelo sócio remanescente.

Parágrafo Terceiro: Será lícito a qualquer dos sócios dispor, por ato de última vontade, quanto à destinação de suas quotas de capital na sociedade, assumindo o sócio remanescente o compromisso formal de aceitação destas disposições *pos mortem*. A eventual recusa pelo sócio remanescente somente se dará se tiver fundado motivo, devidamente ao(s) beneficiário(s) do legado.

Parágrafo Quarto: Adotar-se-ão os mesmos procedimentos nos demais casos em que a sociedade se resolva em relação ao sócio, nos termos dos artigos 1.028 e 1.031 do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS**

O Ano Social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano ser procedido o **BALANÇO GERAL** de Sociedade e a apuração dos seus resultados, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os lucros a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determina o Artigo 1.065 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002- Código Civil.

Parágrafo Único: Ao término de cada exercício social, coincidente com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, do balanço de resultado econômico e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA
CNPJ – 31.761.603/0001-30 - NIRE 41208909901**



Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros e perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital social que possuem na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – JULGAMENTO DAS CONTAS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão os administrador(es) quando for o caso, conforme Artigos 1.071 e 1072, parágrafo 2º e Artigo 1.078 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DECLARAÇÃO E DESIMPEDIMENTO

O administrador declara sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme artigo 1.011 parágrafo 1º da Lei 10.406 de 10/01/2003 – Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com a Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro – e, no que forem aplicáveis, pelas prescrições da Lei de Sociedade por Ações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

Os sócios elegem o foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim terem justo e contratado lavram, datam e assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Araucária, 03 de Julho de 2020.-

PAULO ROBERTO COELHO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
55477585900	PAULO ROBERTO COELHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/07/2020 12:29 SOB N° 20203520742.
PROTOCOLO: 203520742 DE 14/07/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12003020878. NIRE: 41208909901.
STEM SOLUÇÕES E INTEGRAÇÕES EDUCACIONAIS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 16/07/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE URUOCA-CE
 Fls. 167
 Ass. *[assinatura]*

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09357203

USO OBRIGATÓRIO
 IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
 (Art. 13 da Lei nº 8.900/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

RESERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
 IDENTIDADE DE ADVOGADO

REGISTRO 301717

NOME
 PAULO ROBERTO COELHO

FILIAÇÃO
 PAULO COELHO
 ALZIRA TESTA COELHO

NATURALIDADE
 CURITIBA-PR

DATA DE NASCIMENTO
 26/10/1968

RG
 4.538.984-7 - SSPR

CPF
 554.775.859-00

DOADOR DE ÓRGÃO E TECIDOS
 SIM

VIA EXPEDIDO EM
 01 30/08/2018

MARCOS DA COSTA
 PRESIDENTE

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 08.870-2

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. 1º do Art. 31 e 32 da Lei Federal 8.000/1994 e Art. 3º, 10º da Lei Estadual 5.712/2002 autorizo a impressão e divulgação digitalizada, reprodução fiel do documento autenticado e conteúdo neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 119792702201021400853-1; Data: 27/02/2020 10:23:31

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJV39641-N0MR;
 Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Vale: Arquivo de Minuta Cartório
 Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa STEM SOLUCOES E INTEGRACOES EDUCACIONAIS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa STEM SOLUCOES E INTEGRACOES EDUCACIONAIS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a STEM SOLUCOES E INTEGRACOES EDUCACIONAIS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **16/02/2021 14:10:44 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa STEM SOLUCOES E INTEGRACOES EDUCACIONAIS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 119792702201021400853-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7063fe700af2cad04ae96518c07af5b6c26e221fec69266edbd493c3635703820684e8d6673dad9df8ef6bc8f0e9ddc676872bcd9d6e7fd160e3f7adefa6423e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

